



14. CONCLUSÃO

Em 2007, a economia brasileira obteve um crescimento do Produto Interno Bruto – PIB de 5,4 % (a preços de mercado) em relação ao ano anterior, tendo mantido a estabilidade da moeda e o controle dos preços que, medidos por diversos índices de inflação, apresentaram ligeira elevação ao longo desse ano, com tendência de aumento para 2008, e projeção de aumento da taxa básica de juros, o que já vem, inclusive, ocorrendo.

Essa expansão pode ser explicada em parte pela apreciação cambial do real face ao dólar americano, pela significativa expansão do crédito interno, e pelas próprias expectativas de crescimento da economia. Contribuíram um cenário macroeconômico interno com relativa estabilidade, marcado pelo crescimento da produção industrial, da massa salarial, do emprego formal, e da recuperação do setor agrícola.

Essa onda de expansão pode ser sentida em vários agregados da economia, especialmente nas vendas do comércio varejista, com destaque para as vendas na indústria automotiva. Outro dado consistente diz respeito ao crescimento do investimento, e das importações, que ocorreu em volume superior ao conjunto das exportações, implicando uma redução no resultado da balança comercial. No entanto, foi significativo o crescimento das reservas cambiais, atingindo US\$ 82,0 bilhões no ano.

No cenário externo, apesar das turbulências financeiras ocorridas a partir da crise do mercado imobiliário americano; do aumento do preço das *commodities*, com especial destaque para o petróleo; o aumento das incertezas quanto ao comportamento da inflação; e da conseqüente adoção de restrições na política monetária por alguns bancos centrais, a economia global permaneceu em ritmo acelerado, com as economias emergentes apresentando desempenho positivo, especialmente os países asiáticos. No entanto, as avaliações do mercado quanto ao cenário futuro, apontaram uma projeção de juros, mais alta para 2008.

No âmbito local, Pernambuco manteve o crescimento de sua arrecadação, verificando-se o aumento da poupança corrente, assim como melhorou o seus resultados primário e nominal.

Em relação às receitas orçamentárias, observou-se incremento das receitas próprias em níveis superiores aos que foram negociados com a Secretaria do Tesouro Nacional, dentro do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, destacando-se a arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS cujo crescimento nominal real foi de 11,1%.

Esse melhora no desempenho da gestão financeira e orçamentária do Estado, observando os limites da lei de responsabilidade fiscal, e as metas estipuladas dentro do PAF, pode ser atribuída à conjugação do continuado e persistente esforço fiscal realizado pelo Estado de Pernambuco ao longo dos últimos anos, e às melhores condições econômicas vividas pelo país em 2007.

Nesse sentido, ressalva-se ainda que, as medidas de ajuste fiscal têm tido os seus resultados apresentados por meio dos demonstrativos contidos na prestação de Contas do Governo, consolidados no Balanço Geral do Estado.

Quanto ao programa de trabalho do governo, o balanço apresenta, por unidade orçamentária, os recursos orçamentários e financeiros alocados nas ações constantes dos seus programas, demonstrando, para cada ação, as despesas autorizadas e realizadas.

Dessa forma, como em outros anos, não foi possível, até o exercício em análise, conhecer, a partir do balanço, o resultado dos programas contidos no PPA, sob o ponto de vista qualitativo, e assim verificar o cumprimento da orientação trazida pelo PPA-2004/2007, de promover o crescimento com inclusão social, importante elemento para continuidade do processo de crescimento e desenvolvimento econômicos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Por meio do sistema *e-Fisco*, esforços têm sido desenvolvidos no sentido de acompanhar a realização física de algumas ações, procurando conferir se a meta traçada vem ou não sendo alcançada. Porém essas informações não integram, ainda, formalmente, a prestação de contas do governo estadual.

Pernambuco, apesar das medidas de modernização administrativa que vem sendo adotadas, continua apresentando índices preocupantes em relação à saúde, educação e, sobretudo, segurança pública. Não obstante o crescimento constante do volume de recursos alocados nessas áreas nos últimos anos, inclusive devido à exigência constitucional de aplicação de recursos mínimos em saúde e educação.

Os indicadores disponíveis mostram que é imprescindível investir na melhoria dos serviços públicos prestados à população. No entanto, esses investimentos não devem ficar restritos ao âmbito do controle financeiro do gasto, cujos resultados vêm sendo demonstrados. É necessário buscar incessantemente, além desse aspecto, sobretudo a qualidade do gasto público, nas vertentes ligadas a sua racionalização e controle de resultados.

Paulo Cabral de Melo Neto

Mat. 1090
Coordenador

Almeny Pereira da Silva

Mat. 1087

Fernando Raposo Gameiro Torres

Mat. 0298

Gilson Castelo Branco de Oliveira

Mat. 0417

Maria Elizabeth Heráclio do Rêgo Freire

Mat. 0314

Regina Queiroz Medeiros Carneiro

Mat. 0729